



PROTOCOLO

Igreja desvaloriza projecto do PS

Os representantes da Igreja Católica poderão deixar de integrar os lugares de honra em cerimónias do Estado, uma situação ontem desvalorizada por vários bispos.

Em reacção a um projecto de lei sobre o protocolo do Estado, em preparação pelo grupo parlamentar do PS, e que não contempla a presença de representantes de confissões religiosas, o bispo do Porto, D. Armindo Lopes Coelho, minimizou a questão: “Não me perturba nada que isso venha a ser aprovado”. Também o bispo emérito de Leiria-Fátima, D. Serafim Ferreira e Silva, considerou a decisão normal, na medida em que existe “uma separação legítima entre as duas realidades e instituições”. Mas deixou uma advertência: “O povo é inteligente e percebe que um Estado que se alheia de uma organização eclesiástica está a ofender” a sua própria história.

O *Expresso* avançou ontem que o PS tem em preparação um projecto de lei que exclui o cardealpatriarca de lugares de honra em cerimónias oficiais. De acordo com Vitalino Canas, vice-presidente da bancada socialista, o diploma que será apresentado esta semana define a “precedência das figuras do Estado e do poder público” - contexto em que não se enquadram representantes das confissões religiosas. O dirigente evoca mesmo a lei da liberdade religiosa (que estabelece como princípio a “não confessionalidade” dos actos oficiais do Estado”).

O projecto do PS poderá, no entanto, não trazer substanciais alterações práticas. Isto porque os convites a figuras religiosas para actos oficiais não têm força de lei – são “gestos de cortesia”. Que a “omissão” no novo protocolo não deverá condicionar.

SF com Lusa